

GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO LIMITE DA ÉTICA

CASTRO, Regina França de¹
SUZIN, Andressa²
NASCIMENTO, Rildon Nogueira do³

RESUMO

No vasto campo da contabilidade, refletir sobre a contabilidade criativa e gerenciamento de resultados associados a ética do profissional contador é de extrema relevância, pois há entre estes temas um componente de sutilezas que se estende da teoria à prática da contabilidade. Este trabalho traz como objetivo geral a análise da aplicação do gerenciamento de resultados e da contabilidade criativa anexa aos princípios éticos da contabilidade, e para tanto, utiliza-se da pesquisa bibliográfica de caráter descritivo para esclarecer os múltiplos conceitos de autores sobre a contabilidade criativa e gerenciamento de resultados nas organizações e quais as práticas mais utilizadas para tanto. A realização da contabilidade criativa surgiu no Reino Unido com jornalistas especializados na área de negócios e se difundiu pelo mundo, a mesma representa o ajuste da performance patrimonial da entidade, resultante da modificação dos dados contábeis de forma proposital, porém sem cometer fraude (KRAEMER, 2005). Diante do exposto, foi constatado que a grande maioria das organizações utiliza do gerenciamento de resultados para apresentar uma imagem mais cativante da companhia, contudo sem abrir mão da fidedignidade e dos aspectos éticos da profissão. Ademais há a fraude contábil, que remete o gerenciamento de resultados, pelo fato de não mostrar a realidade da organização e não se importar com os aspectos éticos, transformando os relatórios contábeis conforme a vontade dos gestores e infringindo as leis, resultando em risco futuro para a organização.

PALAVRAS-CHAVE: Ética. Contabilidade criativa. Gerenciamento de resultados.

1 INTRODUÇÃO

Escândalos na área contábil associados a contabilidade criativa e gerenciamento de resultados decorreram em mutações nas práticas contábeis, tornando essencial a abordagem crítica e científica quanto a estas práticas, numa análise pelo prisma ético profissional, visto que as informações contábeis devem ser apropriadas a realidade das corporações. Com isso, rotineiramente o uso do termo “contabilidade criativa” nos noticiários passou a reportar falsificação e corrupção em entidades públicas ou privadas. Um exemplo que pode ser citado é o recente caso da empresa petrolífera Petróleo Brasileiro S/A, conhecida como “Petrobrás”, no qual se identificou a baixa de gastos adicionais contabilizados no ativo imobilizado, resultante de pagamentos indevidos em suas rotinas, fato que foi noticiado pela grande mídia brasileira e estrangeira. Neste mesmo viés, há variadas organizações ao redor do mundo que, alegando utilizar a contabilidade criativa, recorreram a práticas contábeis que resultaram em enormes ônus no mercado financeiro, como, por exemplo, o caso da empresa Enron, que após

¹ Acadêmico (a) – Regina França de Castro; regina.castro49@gmail.com

² Acadêmico (a) – Andressa Suzin; andressasuzin215@gmail.com

³ Docente orientador – Rildon Nogueira do Nascimento

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz - Curso de Ciências Contábeis

auditoria em suas demonstrações financeiras verificou-se que, no lugar de um lucro estrondoso, havia um prejuízo de 586 milhões de dólares (FOX, 2003).

Embora seja associada a escândalos, é pertinente esclarecer que a contabilidade criativa não é obrigatoriamente ilícita, no que tange a legislação vigente não há norma específica que atribui a esse tipo de prática concepção de destrutiva ou ilegal, no entanto carece de ser elucidada e utilizada de forma adequada aos padrões da ética e responsabilidade contábil. Perante o exposto, desenvolveu-se a seguinte pergunta a ser respondida na pesquisa: A ética na gestão contábil comporta o uso do gerenciamento de resultados e da contabilidade criativa?

Desta forma, o corrente artigo tem por objetivo geral analisar o emprego do gerenciamento de resultados e a contabilidade criativa sobre a ótica da ética contábil. E por objetivos específicos: apresentar as diferentes formas de definir a contabilidade criativa de acordo com a literatura contábil; apresentar as contas mais utilizadas no gerenciamento de resultados; e apresentar os modelos de detecção de gerenciamento de resultados.

O referido estudo se reveste de importância, por trazer ao debate eventos que são rotineiramente utilizados nas organizações. Ao tratar de uma reflexão à comunidade acadêmica, aos profissionais da contabilidade e demais interessados nos assuntos relacionados à ética e responsabilidade contábil.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para uma melhor compreensão, neste capítulo será relatado com base em autores renomados, os diversos conceitos listados neste artigo, como por exemplo, a interpretação de contabilidade criativa, gerenciamento de resultados e ética relacionada a contabilidade.

2.1 CONTABILIDADE

Conforme Barros (2013), a contabilidade é a ciência social que pretende registrar e controlar os acontecimentos econômicos, financeiros e administrativos das organizações. No mesmo âmbito Sant'Anna (2012) afirma que a contabilidade é a ciência que destaca as transações financeiras atendendo aos seus princípios e possibilitando um maior controle do capital da entidade.

Da mesma forma, Franco (1989) descreve a contabilidade como a ciência que verifica os acontecimentos do patrimônio das companhias, por meio da escrituração, com o propósito de ofertar dados sobre a disposição do patrimônio, suas oscilações e o impacto econômico

derivado da gestão do patrimônio. Outrossim, Sá (1998) apresenta a contabilidade como a ciência que pesquisa os acontecimentos relativos ao capital, observando os fatos, indícios e desempenho dos mesmos, associados à eficácia das células sociais.

2.2 ÉTICA

De acordo com Stukart (2003), a ética é definida como uma palavra advinda do grego ‘*ethos*’, que reporta ao conhecimento do caráter evidenciando a circunstância passada, para o autor a ética não analisa como a pessoa age, todavia observa como o indivíduo deveria agir.

No entendimento de Dubrin (2003), a ética é o conjunto de opções morais apoderadas pelo indivíduo, ou seja, é o seguimento de ações que o mesmo deveria ter. É de grande relevância destacar que a conduta moral não se associa somente à subordinação de regras predeterminadas, não obstante tange a responsabilidade com o desenvolvimento social.

2.2.1 Ética nas organizações

No que concerne a ética empresarial, Srour (1998) reitera como a entidade que sujeita suas ações e procedimentos a uma precedente reflexão ética, assim agindo de forma socialmente responsável, aludindo ética a práticas ligadas as atividades pessoais dos administradores. Pinheiro Neto e Bernardi Neto (2005) enfatizam que as organizações possuem o entendimento de que não é o bastante apenas cumprir a legislação. O mercado requer que as empresas se tornem visíveis por sua imagem inabalável e ações consistentes, que sejam relacionadas a sociedade e o meio ambiente.

Afinal, o uso de instrumentos como o código de ética, progresso da logística interna, técnicas internas para divulgar temas relativos à corrupção, análise de adesão dos princípios éticos dos profissionais é cada vez mais utilizado pelas empresas na procura de diferenciais no negócio (CHERMAN; TOMEI, 2005).

2.2.2 Ética do profissional contador

O código de ética do profissional contabilista foi elaborado com a finalidade de ater-se à forma pela qual se devem gerir os profissionais da contabilidade, no desempenho da atividade e nos assuntos relativos à classe CFC (2010). Conforme Nascimento (2006), a ética é a boa reputação do profissional, no tocante a ocupação que circunda as obrigações sociais.

Paralelo a isso, Alves (2005) expõe que o corpo de contadores deve conservar os padrões éticos junto à comunidade.

De acordo com Nascimento (2006) o código de ética do contador busca enraizar os elementos éticos que conduzem a profissão e o profissional contábil, salientando que a não adesão do código de ética como instrumento do ofício, além de aplicar para a conduta profissional, resulta em risco de deterioração de sua personificação e da classe à qual pertence.

No que diz respeito a ética, entra em vigor em junho de 2019, o novo código internacional de ética para profissionais da contabilidade, o mesmo irá proporcionar que os profissionais contábeis consigam reconhecer e avaliar ameaças. A modificação tem como objetivo evidenciar a seriedade dos princípios indispensáveis de todos os profissionais de contabilidade (FENACON, 2018).

2.3 INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Um dos interesses da contabilidade, e do conhecimento proveniente dela, é oportunizar a diminuição da desigualdade da informação entre os agentes econômicos (PAULO, MATINS e GIRÃO, 2014). Deste modo, a informação contábil é desenvolvida para servir pessoas ou entidades que carecem das mesmas para tomada de decisões. Estes usuários podem ter as mesmas preocupações, como a eficácia em gerar caixa, a rentabilidade da organização e a ininterrupção de seus negócios (FAVERO *et al*, 2011). Também podem existir propensões e necessidades dissemelhante quanto à informação contábil por parte dos seus usuários, dependendo da relação que estabelecem com a organização.

A complexidade que rodeia a evolução de geração e demonstração da informação contábil, segundo explica Favero *et al* (2011), é resultado das singularidades dos usuários ajustadas com as estratégias para as quais os dados são empregados, consequentemente, deve-se realçar que a comunicação entre o contador e o usuário é primordial neste processo.

A informação é de fundamental importância para as empresas, em particular quando desenvolvida de forma específica com a intenção de assessorar nas decisões, possibilitando, assim, melhores escolhas e execução das atividades (REZENDE, 2010).

2.4 CONTABILIDADE CRIATIVA E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

A contabilidade criativa é denominada de duas formas diferentes, existindo divergência quanto ao seu conceito entre os autores, no entanto é consenso a sua finalidade, ao entender como fornecedora de uma imagem financeira mais atrativa da empresa, levando em conta as partes interessadas. Kraemer (2005) relata que a contabilidade criativa é aplicada para apresentar o método através do qual os contabilistas aplicam seu entendimento sobre as diretrizes contábeis para modificar os números da companhia, sem abandonar os princípios contábeis.

Ainda neste tema, Cosenza (2003) afirma que apesar de no território da aplicação haja uma dificuldade em exibir um conceito geral, constata-se a existência de uma conformidade sobre o fato da contabilidade criativa ser conhecida como uma “maquiagem” da real situação patrimonial da organização. Grande parte dos estudiosos deste assunto entende que de fato a contabilidade criativa envolve particularidades na sua aparência que diferem da real forma da empresa. Oliveira (2011) interpreta que a prática da contabilidade criativa ocorre devido as lacunas que a legislatura oferta e a versatilidade que existe anexo às normas contábeis, consentindo o emprego de alguns parâmetros para aferir a mesma ocorrência econômica. Ou seja, quando a lei permite ou não explica minuciosamente o que é proibido, o contador pode gerenciar o resultado e a forma que as contas são manipuladas, contornando a lei.

Conforme Martinez (2001, p. 13):

É crucial entender que ‘gerenciamento’ dos resultados contábeis, não é fraude contábil. Ou seja, opera-se dentro dos limites do que prescreve a legislação contábil, entretanto nos pontos em que as normas contábeis facultam certa discricionariedade para o gerente, este realiza suas escolhas não em função do que dita a realidade concreta dos negócios, mas em função de outros incentivos, que o levam a desejar reportar um resultado distinto.

É sabido que um mesmo fato contábil apresenta a possibilidade de alcançar variados resultados dependendo do parâmetro utilizado. Segundo Santos e Grateron (2003), deve ser entendida como um tipo de fraude qualquer manuseio distorcido dos fatos contábeis. Por outro lado, Martinez (2001) afirma que o gerenciamento de resultados contábeis não é fraude. Ainda há autores, que distinguem a contabilidade criativa do gerenciamento de resultados, como se a contabilidade criativa fosse atos intencionais dando voltas em leis, e o gerenciamento de resultados é feito de acordo com a lei, mesmo não deixando de ser uma adulteração em documentos contábeis.

Para Jóia e Nakão (2014), alterações e alternativas contábeis, determinadas como gerenciamento de resultados, ocorrem quando os dados contábeis não reproduzem a veracidade da organização, configurando-se em ações que podem persuadir a tomada de

decisão dos utilizadores da informação de forma incorreta.

Prosseguindo, o gerenciamento de resultados, assim como a contabilidade criativa, tem em comum a manipulação de dados importantes para atingir objetivos maiores. Cosenza e Grateron (2003) afirmam que o gerenciamento de resultados refere-se a uma maneira de maquiar a veracidade patrimonial de uma corporação, exercida por meio do manuseio proposital das informações contábeis, a fim de mostrar uma imagem almejada pelos gestores.

Ainda, Martinez (2001) relata o gerenciamento de resultados como a transformação voluntária dos resultados contábeis, pretendendo atender razões individuais, no qual a direção domina sinteticamente os resultados com objetivos bem precisos, que não são os de expressar a realidade do negócio.

Conforme a análise produzida por Gadea e Gastón (1999 *apud* CORDEIRO, 2003), evidenciamos a seguir um quadro explicativo abrangendo os objetivos para a aplicação da contabilidade criativa e as finalidades de usá-las.

Quadro 01 - Finalidades do uso da contabilidade criativa.

Objetivos	Incentivos para utilização
Aperfeiçoar a imagem exibida.	• Imposição dos investidores para que a organização seja um modelo de excelência. • Estima em algumas políticas de dividendos. • ambição por aquisição de recursos externos. • Método de remuneração associado aos ganhos.
Fixar a imagem no passar do tempo.	• Evidente predileção externa por atitudes contínuas. • Situação organizacional estável, com reação positiva na cotação das ações. • Simpatia externa por traços de riscos reduzidos.
Enfraquecer a imagem manifestada.	• Prioridade por pagar poucos impostos. • Esforço em repartir pequenos níveis de resultados. • Metodologia de remuneração fundada em melhora salarial relacionada às metas. • Sujeição de tarifas máximas estabelecida pelo Estado.

Fonte: Adaptado de Gadea e Gastón (1999 *apud* CORDEIRO, 2003).

No presente trabalho, é fundamental destacar quais as práticas de contabilidade criativa mais aplicadas pelas companhias, para tal foram utilizados os estudos de Mayoral (1997) citado por Kraemer (2005) demonstrados no quadro 2.

Quadro 2 - Práticas de contabilidade criativa comumente utilizadas.

Práticas	Exemplos
Práticas fundadas em contabilização imprecisa de operações.	• Gastos registrados no imobilizado e imobilizados registrados como gastos. • Lançamento de gastos de um exercício separados em vários exercícios. • Escrituração irreal de tarefas executadas pela própria organização no imobilizado.

Ações embasadas em classificações incertas de registros contábeis.	• Dívidas de curto prazo demonstrados no balanço como dívidas de longo prazo. • Gastos e perdas não operacionais evidenciados como operacionais.
--	---

Fonte: Mayoral (1997 *apud* KRAEMER, 2005) adaptado pelas autoras (2018).

Ora, visto as técnicas mais usadas de contabilidade criativa, torna-se relevante definir até onde a contabilidade criativa é aceitável e o que é considerado fraude contábil. No quadro 3 estão explanados exemplos de gerenciamento de resultados contábeis aceitáveis e fraudes contábeis.

Quadro 3 - Gerenciamento de resultados contábeis *versus* fraude contábil.

Gerenciamentos de resultados contábeis	
Decisões contábeis “puras” de acordo com os regulamentos contábeis	Hábitos aceitáveis com diminuição no fluxo de caixa líquido
• Reconhecimento excessivo de provisões; • Aceleração das despesas de depreciação; • Reconhecimento das receitas apenas quando houver cobrança.	• Prorrogar vendas; • Acrescer despesas de natureza não operacional (bingos, doações).
Práticas contábeis agressivas	Práticas aceitáveis com aumento no fluxo de caixa líquido
• Diminuir o reconhecimento de provisões; • Limitar às parcelas de depreciação e amortização; • Reconhecimento de recursos durante a produção.	• Adiantar ou apressar as vendas; • Atrasar a consumação de despesas necessárias de propaganda e publicidade; • Acrescentar receitas não operacionais pela venda de ativos da organização.
Contabilidade adulterada e práticas inadmissíveis	
Decisões que violam os regulamentos contábeis	Práticas contábeis inaceitáveis
• Registrar vendas fictícias; • Acelerar documentalmente o período de efetivação das vendas; • Supervalorizar o estoque pelo registro de inventário.	• Receber e não entregar o produto; • Não cumprir com os compromissos financeiros; • Não pagar tributos lançados.

Fonte: Adaptado a partir de Dechow & Skinner (2000 *apud* MARTINEZ, 2001).

A partir do quadro 3, é possível perceber que há decisões contábeis fraudulentas e decisões contábeis que correspondem a diferentes modalidades de aspectos contábeis admissíveis no gerenciamento de resultados. Portanto, diante do exposto, verifica-se que na contabilidade pode ter diversas situações, tais como aquelas que são aceitáveis, até as que são inaceitáveis. Para tanto, no quadro 4 são apresentados exemplos de organizações que

utilizaram da fraude contábil para mostrar uma imagem diferente da real e que acabaram prejudicadas por tais decisões.

Quadro 4 - Organizações prejudicadas pelo uso da fraude contábil.

Empresas	O que aconteceu	Como aconteceu
Banco PanAmericano	Contabilização de recursos já vendidos	De acordo com o Banco Central (BC), existia duplicidade de carteiras de crédito nos balanços, ou seja, o banco vendia cartas de crédito para outras instituições, mas permanecia estimando esses recursos.
Toshiba	Superestimação do lucro	Foram identificados registros de custos do segmento de infraestrutura e maximização dos lucros. A empresa japonesa noticiou uma vistoria, o que ocasionou na diminuição de mais de 403 milhões de dólares em seu lucro operacional entre os anos de 2009 e 2013 relacionado às irregularidades identificadas.
WorldCom	Apuração indevida de gastos	A organização informou no balanço 3,8 bilhões de dólares como investimentos, contudo, as mesmas eram despesas.

Fonte: Adaptado de Cordeiro (2003, p. 6-7).

Quando se utiliza da fraude contábil para mostrar uma imagem diferente da que realmente é, a organização fica exposta em meio a uma contabilidade inexata, prejudicando a tomada de decisão e até mesmo com risco de ocasionar a falência.

2.5 TEORIAS RELACIONADAS AO TEMA

A seguir serão apresentadas algumas teorias que explicam o fenômeno da contabilidade criativa e do gerenciamento de resultados. Para tanto, neste capítulo será abordado a teoria da agência, teoria normativa e positiva.

2.5.1 Teoria da agência

Segundo Pinho, Parente e Coelho (2014), a divulgação se mostrou significativa para a contabilidade com a evidenciação dos conflitos de preferências entre diretores das organizações e seus proprietários, relatados na teoria da agência. A evidenciação contábil busca estreitar a assimetria informacional, e essa redução é importante não apenas nos conflitos de agência, mas do mesmo modo no fluxo de notícias nos mercados financeiros.

Andrade e Rossetti (2004) incluem que os conflitos de agência raramente serão evitados, apontando dois motivos, o primeiro é a ausência de contrato completo e o segundo é a ausência do agente perfeito. Os contratos inacabados e os comportamentos imperfeitos abrem espaço para o desalinhamento entre as preferências dos administradores e dos

acionistas, reproduzindo-se os custos de agência.

Conforme Martins e Rodrigues (2005), a teoria da agência confronta de modo direto as alegações de oportunismo dos gestores. Neste conceito, os gestores são instigados por razões diversas que não somente a financeira e, conseqüentemente, representam bem os interesses da organização. De acordo com Mendes (2001), a teoria da agência verifica as discordâncias e esforços conseqüentes da divisão entre propriedade e controle de capital. Essa eventualidade de não cooperação do sócio no gerenciamento da organização é vista na sociedade por ações, que restringe a responsabilidade do acionista para com a companhia de acordo com o montante de capital que ele investiu.

2.5.2 Teoria normativa

A abordagem normativa abrange as pesquisas sobretudo prescritivas, com o propósito de sugerir como deveria ser a realidade contábil. Conforme Lopes e Martins (2005), a investigação normativa tem como principal preocupação a análise de práticas contábeis, de acordo com modelos teóricos daquilo que se julga como ideal. Esse ideal comumente é fundado em princípios relativos à economia de lucro e de riqueza.

Deste modo, a abordagem normativa sugere processos contábeis que pretendem demonstrar com maior autenticidade possível a efetiva realidade econômica da organização, sem a realização de testes empíricos que legitimem a imediação conceitual de normas e práticas contábeis com os conceitos econômicos (LOPES; MARTINS, 2005). Iudícibus, Martins e Carvalho (2005) acrescentam que a teoria normativa se sustenta principalmente no método dedutivo e advém do preceito de como a contabilidade precisaria atuar para potencializar o aproveitamento da sabedoria para as diversas categorias de usuários.

2.5.3 Teoria positiva

A abordagem positiva busca constatar e elucidar as finalidades do uso de um mecanismo, prática ou princípio contábil pelas organizações (SCHERER, 2006), ou seja, procura-se indicar hipóteses de pesquisa, oriundas em sua maioria dos conceitos econômicos e de finanças e investigá-las empiricamente averiguando o real comportamento dos agentes econômicos face à informação contábil (LOPES; MARTINS, 2005).

Na percepção de Iudícibus, Martins e Carvalho (2005), a teoria positiva indica possibilidades e avalia as diversas ocasiões com a ajuda de recursos estatísticos, de modo que seja capaz de compreender o mundo contábil da maneira que ele é.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização do presente artigo, utilizou-se do método de pesquisa bibliográfica e de caráter descritivo. Para Minayo (2001), a pesquisa é entendida como a atividade indispensável da ciência na sua verificação e concepção da realidade. É a pesquisa que estimula a prática do ensinamento e a atualiza frente às constantes alterações que ocorrem no mundo. Assim sendo, apesar de ser uma prática teórica, a pesquisa aproxima pensamento e ação.

De igual forma, aplicou-se a pesquisa bibliográfica que, de acordo com Fonseca (2002), é utilizada a partir da listagem de referências teóricas já examinadas, e divulgadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas da internet. Qualquer trabalho científico começa com uma pesquisa bibliográfica, que propicia ao investigador explorar o que já se estudou sobre o assunto. Existem, contudo, pesquisas científicas que se fundamentam exclusivamente na pesquisa bibliográfica, buscando referências teóricas publicadas com o intuito de levantar noções prévias relacionadas ao tema (FONSECA, 2002).

Justifica-se a adoção de apenas um tipo de pesquisa, de acordo com Reis (2008), a pesquisa descritiva, além de relatar o objeto de estudo definido, busca observar a periodicidade com que os fatos ocorrem no ambiente examinado.

Para a consecução deste estudo, em sua apresentação metodológica de análise, fez-se uma abordagem qualitativa. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa labuta com o domínio de conceitos, propósitos, interesses, crenças, valores e ações, o que condiz a um aprofundamento dos vínculos, dos procedimentos e dos eventos que não podem ser resumidos à operacionalização de variáveis. A pesquisa qualitativa é repreendida por seu empirismo, pela parcialidade e pela subjetividade para com o escritor (MINAYO, 2001).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico serão apresentados os achados na literatura contábil acerca do tema desta pesquisa.

4.1 ANÁLISE DO EMPREGO DO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS E DA CONTABILIDADE CRIATIVA.

No tocante a contabilidade criativa, a organização possui diversas razões para utilizá-

las, contudo Mayoral (1997 *apud* KRAEMER, 2005) elencou alguns dos objetivos, são eles: aperfeiçoar a imagem exibida; fixar a imagem no passar do tempo; e enfraquecer a imagem manifestada.

Assim com base em Mayoral (2000 *apud* KRAEMER, 2005), será apresentado no quadro 5, a identificação de alguns motivos utilizados para a prática da contabilidade criativa perante a organização.

Quadro 5 – Objetivos para a utilização de contabilidade criativa.

Objetivos almejados	Incentivos para a organização
Aprimorar a imagem organizacional	● Influência dos investidores para que a companhia se encontre em um cenário melhor. ● Necessidade de reagir corretamente às perspectivas do mercado. ● Interesses em certas políticas de dividendos. ● Aspiração de conquistar recursos externos. ● Desejo de buscar aliados. ● Método de gratificação associado aos lucros.
Equilibrar a imagem no passar dos anos	● Existência de uma clara prioridade externa por atitudes regulares (legais). ● Resultado otimista do equilíbrio na situação da empresa, com reflexo positivo no preço das ações. ● Vantagens nas políticas de dividendos em razão de ganhos menos variáveis. ● Prioridade externa por perfis de riscos mínimos.
Definir a imagem demonstrada	● Predileção por pagar menos impostos. ● Disposição em partilhar baixos níveis de resultados. ● Existência da viabilidade de conceder êxitos em anos consecutivos. ● Sistemas de ordenados que embasam aumentos salariais ligados às melhorias obtidas. ● Interesse no ganho de incentivos vinculado à condição que organização se apresenta.

Fonte: Mayoral (2000 *apud* KRAEMER, 2005).

Complementando os objetivos anteriores, Kraemer (2005) cita alguns outros incentivos para a utilização da contabilidade criativa, são eles:

- Manutenção de uma sequencia ininterrupta de receitas onde as organizações possuem a necessidade estável e constante de crescimento do faturamento;
- Manter em alta o preço das ações diminuindo o endividamento ou aumentando as receitas e resultados.
- Atrasar o acesso de noticias ao mercado financeiro beneficiando assim investidores privilegiados.

De acordo com Dechow, Sloan e Sweeney (1995 *apud* MARTINEZ, 2001) o

gerenciamento de resultados é comumente utilizado nas mutações de procedimentos contábeis com o emprego de elementos alternativos do fluxo de caixa, como, por exemplo, antecipar ou adiar arrecadação de vendas.

No quadro 6 destaca-se alguns incentivos que os administradores possuem para gerenciar os resultados.

Quadro 6 - Incentivos para praticar o gerenciamento de resultados.

Incentivos	Definições
Expectativas dos analistas	As expectativas e as previsões da empresa tendem a abordar dois componentes de alto perfil do desempenho financeiro: receita e ganhos de operações.
Evitar violações de contrato de dívidas e minimizar os custos políticos	Algumas empresas têm o incentivo para evitar a violação dos contratos de dívidas baseadas em resultados. Se for violado, o credor poderá aumentar a taxa de juros sobre a dívida ou exigir o reembolso imediato. Consequentemente, algumas empresas podem usar técnicas de gerenciamento de resultados para aumentar os ganhos para evitar tais violações de aliança. Por outro lado, algumas outras empresas tem o incentivo para reduzir os lucros, a fim de minimizar os custos políticos associados a serem considerados lucrativos.
Ganhos em direção a uma tendência sustentável em longo prazo	Acredita-se que uma empresa deve tentar reduzir a volatilidade em seu fluxo de lucros para maximizar o preço da ação. Como um padrão de lucros altamente violento indica risco, portanto, a ação perderá valor em comparação com outros com padrões de ganhos mais estáveis.
Atender os requisitos do plano de bônus	Para fornecer a evidência de que os lucros são gerenciados na direção que é consistente com a maximização do bônus baseados em resultados dos executivos.
Mudança de gerenciamento	O gerenciamento de ganhos geralmente ocorre em torno do tempo de mudança de gerenciamento, o CEO de uma empresa com indicadores de desempenho pobres tentará aumentar os ganhos reportados para prevenir demissão.

Fonte: adaptado de Adelghany (2005 *apud* GOMES, 2018, p. 40).

4.3 MODELOS DE DETECÇÃO DE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS OU CONTAS UTILIZADAS NO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

Com relação aos modelos de detecção de gerenciamento de resultados, será apresentado alguns modelos, entre eles o modelo de KANG & SIVARAMAKRISHNA (1995) (KS) e o modelo de Jones. Percebe-se que essa amostra KS demonstra significativo avanço sobre o modelo de Jones, de acordo com Martinez (2001, p. 49):

a) Modelo de HEALY (1985)

$$NAD_t = \sum_t AT_t - TAD_t = AT_t - NAD_t$$

AT : Acumulações Totais (*Total Accruals*)

NAD : Acumulações Não-Discrecionárias (*Non Discretionary Accrual*)

$t = 1, 2, \dots, T$ é o número de anos utilizados para estimar os NDA

b) Modelo de JONES (1991)

$$AT_{it} = \alpha (1IA_{t-1}) + \beta (\Delta Receitas_{it}) + \gamma (At.Imob_{it}) + \varepsilon_{it} \quad NAD_{it} =$$

$$\alpha (1IA_{t-1}) + \beta (\Delta Receitas_{it}) + \gamma (At.Imob_{it}) \quad AD_{it} = AT_{it} - NAD_{it}$$

$\Delta Receitas_{it}$ = receitas oper. Líquidas no ano t menos receitas no anos t-1 escalado pelos Ativos de t-1;

At.Imob : Ativo Imobilizado no t; A_{t-1} :

Ativos totais em t a t-1;

α, β, γ = coeficientes estimados por regressão.

É importante especificar que a margem de erro é o valor para mais ou para menos que fica anexado aos seus resultados amostrais, deixa-se de olhar para a amostra propriamente dita e passa a visualizar a população total que é apresentada (RUNSEY, 2012).

c) Modelo modificado de JONES (1995)

$$NAD_{it} = \alpha (1IA_{t-1}) + \beta (\Delta Receitas_{it} - \Delta C.Receb_{it}) + \gamma (At.Imob_{it})$$

$\Delta C.Receb_{it}$ = contas a receber líquidas no ano t menos o valor das contas a receber líquidas no ano t-1 escaladas pelos ativos totais em t-1

d) Modelo KANG & SILVARAMAKRISHNAN (1995)

$$AT_{it} = \varphi_0 + \varphi_1 [\delta_1 Rec_{it}] + \varphi_2 [\delta_2 Desp_{it}] + \varphi_3 [\delta_3 At.Imob_{it}] + \varepsilon_{it}$$

$$AD_{it} = AT_{it} - \{\varphi_0 + \varphi_1 [\delta_1 Rec_{it}] + \varphi_2 [\delta_2 Desp_{it}] + \varphi_3 [\delta_3 At.Imob_{it}]\}$$

AT_{it} = *Acumulações Totais* = $(CGL - Depreciação \& Amortização_t) Rec_{it}$ =
Receita Líquida (excluindo tributação)

$Desp_{it}$ = Custos e Despesas Operacionais antes da Depreciação & Amortização

CGL = Capital de Giro Líquido excluindo as disponibilidades, financiamentos de curto prazo e provisão de Impostos a Pagar

$At.Imob_{it}$: Ativo Imobilizado e Ativo Diferido

$C.Receber_{i,t-1}$ = Contas a Receber no período t-1

$DEPREC_{i,t-1}$ = Despesas de Depreciação

$\varphi_1 = C.Receb_{i,t-1} / Rec_{i,t-1}$, onde AR (contas a receber)

$\varphi_2 = (\Delta CGL - C.Rec_{it}) / Desp_{i,t-1}$

$\varphi_3 = DEPREC_{i,t-1} / A.Imob_{i,t-1}$

Rec_{it} , $Desp_{it}$, $At.Imob_{it}$, essas variáveis são escaladas em termos de ativos totais.

Conforme Healy (1985 *apud* BAPTISTA, 2009), as formas de gerenciamento de resultados por meio das modificações relevantes no procedimento contábil são as alternativas concernentes ao método de depreciação, reconhecimento de receita e avaliação de estoques. Ou seja, as contas mais utilizadas na prática do gerenciamento de resultados são as contas patrimoniais e de resultados, com ênfase nos itens não monetários que interferem diretamente no cálculo do lucro da empresa, como, por exemplo, a depreciação e a amortização.

Goulart (2007) define que devido à normatização e aos padrões contábeis serem ajustáveis, há espaço para que os diretores pratiquem o que se chama de discricionariedade na seleção dos critérios e procedimentos contábeis que serão utilizados. Já Martinez (2001), ressalta que o gerenciamento de resultados contábeis não consiste em fraude contábil. Isto é,

se procede dentro dos extremos recomendados pela regulação contábil, contudo nas ocasiões em que as normas contábeis facilitam certa discricionariedade aos gerentes. *Accrual* é a distinção entre o lucro líquido e o fluxo de caixa. As *accruals* advém do regime de competência, modificando o lucro. Conforme ressalta Dechow (1994 *apud* BAPTISTA, 2009), possuem um resultado compensatório sobre os resultados transitórios dos fluxos de caixa, mas, concomitantemente, podem ser empregados como forma de gerenciamento. No mesmo âmbito, Paulo (2007) determina manipulação como a utilização de atos discricionários por parte dos gestores para mudar a explicação real econômica e financeira da empresa. Portanto, acumulações discricionárias é a distinção entre o lucro contábil e o fluxo de caixa líquido das atividades, sendo que essa discrepância é consequência de manipulação proposital dos dirigentes. Quanto mais elevado o valor dos acúmulos, maior é a divergência entre o lucro contábil e o caixa gerado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pergunta de pesquisa foi analisado o uso do gerenciamento de resultados na gestão contábil juntamente com a ética profissional. Após análise das diversas opiniões de autores e estudos de organizações que usaram da prática de gerenciar seus resultados, observou-se que há possibilidade de gerenciar resultados de acordo com os princípios éticos e as teorias que explicam o referido tema, com ênfase para a teoria positiva, normativa e a teoria da agência. Pois essas esclarecem o motivo do gestor praticar o gerenciamento de resultados, tornando tal prática transparente e transmitindo a real situação da organização, logo que o uso do mesmo baseia-se em lacunas oferecidas pela legislação, portanto não fere o princípio ético do contador.

Compreende-se que gerenciamento de resultados não corresponde a falsificação, senão que o profissional opera dentro dos extremos da lei para que sejam feitas as modificações contábeis em algum ponto que a legislação propõe liberdade de escolha, então o gerenciador entra em ação ao optar por próprias maneiras de trabalhar, afirmando que uma mesma conta contábil pode chegar a resultados diferentes com procedimentos corretos. Quanto a contabilidade criativa e gerenciamento de resultados, entende-se que ambos são sinônimos.

As características da contabilidade criativa e do gerenciamento de resultados condizem com os princípios éticos da contabilidade, divergente das fraudes contábeis, visto que nos casos apresentados, esta prática geralmente leva as organizações a grandes perdas de capital, em alguns casos a falência, pois na fraude contábil, o gestor manipula as informações

contábeis de modo que demonstrem seus interesses. Tal prática acoberta a real situação financeira da organização, prejudicando a tomada de decisão, consequência esta que acarreta grandes prejuízos organizacionais. Enfim, aferiu-se que as demonstrações contábeis como balanço patrimonial e demonstrações de resultados eram apresentadas de forma que a entidade teria vantagens, escondendo grandes rombos nas contas patrimoniais, ou parecendo ser mais lucrativa do que realidade, desta forma divergindo da conduta ética do contador.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. J. S. **Adesão do contabilista ao código de ética da sua profissão: um estudo empírico sobre percepções**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 265 p. 2005.
- ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança Corporativa: fundamentos e tendências**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BAPTISTA, E. M. B. **Teoria em Gerenciamento de Resultados**. Revista Contabilidade, UFBA, Salvador. V.3, n.2, p.05-20, mai/ago2009.
- BARROS, Mauricio. **Contabilidade Geral**. [Apostila digital]. Fundação Sérgio Contente. IDEPAC, 2013.
- CHERMAN, A.; TOMEI, P.A. **Códigos de ética corporativa e a tomada de decisão ética: instrumentos de gestão e orientação de valores organizacionais?** Revista de Administração Contemporânea (RAC), Curitiba, v.9, n.3, p.99-120, jul./ago./set. 2005.
- CORDEIRO, C. M. R. **Contabilidade Criativa: um estudo sobre a sua caracterização**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná – CRCPR, ano 28º, nº 136, 2º quadrimestre de 2003. Disponível em: http://revista.crcpr.org.br/index.php?pag=exibe_arquivo_revista&edicao=136 . Acesso em: 01 Ago. 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.307/10 – Código de Ética Profissional do Contador**. Disponível em: <http://www.crcpr.org.br/new/content/download/codigoEtica.pdf>. Acesso em: 30 Jul. 2018.
- COSENZA, J. P. **Contabilidade criativa: as duas faces de uma mesma moeda. Pensar Contábil**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro - RJ, n. 20, p. 4-13, maio/jul. 2003.
- COSENZA, J. P.; GRATERON, I. R. G. **A auditoria da contabilidade criativa**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília/DF, ano 32, n. 143, p. 42-61, set./out. 2003.
- DUBRIN, A. J. **Fundamentos do comportamento organizacional**. Trad. James Sunderland Cook e Martha Malvezzi Leal. São Paulo: Thomson. 471 p. 2003.
- FAVERO, H.L.; LONARDONI, M.; SOUSA, C.; TAKAKURA, M. **Contabilidade teoria e prática**. 6. d. São Paulo: Atlas, 2011.
- FENACON. **IESBA divulga novo código de Ética para Profissionais da Contabilidade**. Disponível em: <http://www.fenacon.org.br/noticias/iesba-divulga-novo-codigo-de-etica-para-profissionais-da-contabilidade-3191/>. Acesso em: 21 Jul. 2018.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC. Apostila. 2002.
- FOX, L. **Enron - the rise and fall**. Estados Unidos: John Wiley & Sons, 2003.
- FRANCO, H. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

FREZATTI, F.; ROCHA, W.; NASCIMENTO, A. R.; JUNQUEIRA, E. **Controle Gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico**. São Paulo: Atlas, 2009.

FUJI, A. H.; CARVALHO, L. N. G. de. *Earnings management no contexto bancário brasileiro*. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 5., São Paulo, 2005.

GIRAO, L. F. de A. P.; MARTINS, O. S.; PAULO, E. **Avaliação de empresas e probabilidade de negociação com informação privilegiada no mercado brasileiro de capitais**. Revista de Administração, São Paulo, vol.49, n.3, pp.462-475, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5700/rausp1161>. Acesso em: 24 Jul. 2018.

GOMES, A. R. V. **Governança Corporativa e seus determinantes: um estudo com a qualidade da informação contábil, competitividade de mercado e risco não-sistêmico**. 2018. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Programa de Pós-graduação em Contabilidade, Unioeste, Cascavel.

GOULART, A. M. C. **Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2007.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. **Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução**. Revista Contabilidade Financeira – USP. São Paulo, n. 38, p. 7-19, maio/agosto 2005.

JOIA R. M.; NAKÃO S. H. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. REP e C, Brasília, v.8, n.1, art. 2, p. 22-38, jan. /mar. 2014.

KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade Criativa: maquiando as demonstrações contábeis**. Revista Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 7, n. 28, p. 42-51, mai./jul.2005.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINEZ, A. L. **Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. 2001. 153 fl s. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINS, H.C., & RODRIGUES, S.B. **Atributos e papéis dos conselhos de administração das empresas brasileiras**. Revista de Administração de Empresas, 45(SPE), 23-35. 2005.

MENDES, A. P. S. **Teoria da Agência Aplicada à Análise de Relações entre os Participantes dos Processos de Cooperação Tecnológica Universidade-Empresa**. 260f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2001.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, J. A. B. **Os Benefícios Da Conduta Ética Na Vida do Profissional Contábil**. Centro Universitário de Brasília – Uniceub Faculdade De Ciências Sociais Aplicadas – Fasa Brasília - DF, agosto de 2006.

OLIVEIRA, F. A. de. **Contabilidade Criativa: como chegar ao paraíso, cometendo pecados contábeis – o caso do governo do Estado de Minas Gerais**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada. Vol. 6, nº 11, Jul, Dez, 2011.

PAULO, E. **Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 469 f. 2007.

PINHEIRO N. N C.; BERNARDI N. R.. **A ética empresarial e sua aplicabilidade nas empresas do Paraná**. Iniciação Científica CESUMAR, Maringá, v. 07, n.2, p. 103-110, jul-dez, 2005.

Disponível em:

<http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/iccesumar/article/viewFile/108/287>. Acesso em: 02 jul. 2018.

PINHO, G.A., PARENTE, P.H.N., & COELHO, A.C.D. **Associação entre risco e evidenciação de instrumentos financeiros no Brasil**. Anais do Congresso ANPCONT, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 8. (2014).

REIS, L. G. **Produção de Monografia da Teoria a Prática: o Método Educar pela Pesquisa**. 2 ed. Brasília: SENAC, 2008.

REZENDE, D.A. **Sistema de informações organizacionais: guia prático para projetos em cursos de administração, contabilidade e informática**. 4. ed. São Paulo, 2010.

RUNSEY, D. **Estatística para Leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.

SÁ, A. L. **Contabilidade Geral**. São Paulo: Nacional, 1998.

SANT'ANNA, R. O. **Contabilidade Gerencial**. [Apostila digital]. Disponível em:

<https://www.passeidireto.com/arquivo/6622483/contabilidade-gerencial---santanna/5> . Acesso em: 25 Jul. 2018.

SANTOS, A.; GRATERON, I. R. G. Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, n.32, p.7-22, mai./ago.2003.

SCHERER, L. M. **Valor adicionado: análise empírica de sua relevância para as companhias abertas que publicam a demonstração do valor adicionado**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo, 2006.

SROUR, R. H. **Poder, Cultura e Ética nas Organizações**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

STUKART, H. L. **Ética e Corrupção – Os benefícios da conduta ética na vida pessoal e empresarial**. São Paulo - Editora Nobel – 2003;